



município
Vila Nova
de Paiva
Capital Ecológica

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO RI_37_2025

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições gerais

- ARTIGO 1.º - Objeto
- ARTIGO 2.º - Entidade adjudicante
- ARTIGO 3.º - Contrato
- ARTIGO 4.º - Prazo do contrato
- ARTIGO 5.º - Gestor do contrato

CAPÍTULO II - Obrigações contratuais

- ARTIGO 6.º - Obrigações principais do prestador de serviços
- ARTIGO 7.º - Fases da prestação de serviços
- ARTIGO 8.º - Forma da prestação dos serviços
- ARTIGO 9.º - Desconformidades ou discrepâncias
- ARTIGO 10.º - Conformidade e garantia técnica
- ARTIGO 11.º - Objeto do dever de sigilo
- ARTIGO 12.º - Preço base do contrato
- ARTIGO 13.º - Remuneração da prestação de serviços
- ARTIGO 14.º - Condições de pagamento

CAPÍTULO III - Resolução

- ARTIGO 15.º - Penalidades contratuais
- ARTIGO 16.º - Força maior
- ARTIGO 17.º - Resolução por parte da entidade adjudicante
- ARTIGO 18.º - Resolução por parte do prestador de serviços

CAPÍTULO IV - Caução

- ARTIGO 19.º - Caução

CAPÍTULO V - Resolução de litígios

- ARTIGO 20.º - Foro competente
- ARTIGO 21.º - Seguros

CAPÍTULO VI - Disposições finais

- ARTIGO 22.º - Subcontratação e cessão da posição contratual
- ARTIGO 23.º - Comunicações e notificações
- ARTIGO 24.º - Contagem dos prazos
- ARTIGO 25.º - Legislação aplicável

CAPÍTULO VII - CLÁUSULAS TÉCNICAS

- ARTIGO 26.º - Objeto do procedimento

ANEXOS

ANEXO A - LISTA DE ARTIGOS

ANEXO B - Anexo I do CCP (Anexo_I_CCP_2025.docx)

ANEXO C - Anexo II CCP (Anexo_II_CCP_2025.docx)

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Objeto

O presente Caderno de Encargos têm por objeto principal a contratação de serviços de "Licenciamento de email 365"

ARTIGO 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Vila Nova de Paiva, pessoa coletiva de direito público registada com o número 506 809 323, com sede na Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, na vila de Vila Nova de Paiva, da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (Telefone: 232 609 900, Fax: 232 609 909, Endereço Eletrónico: geral@cm-vnpaiva.pt e URL: www.cm-vnpaiva.pt).

ARTIGO 3.º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo prestador de serviços, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus eventuais anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

ARTIGO 4.º

Prazo do contrato

O contrato vigorara pelo período de um dia.

ARTIGO 5.º

Gestor do contrato

1. O gestor do contrato a que se refere o n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, será designado pela entidade competente para a decisão de contratar aquando da decisão de adjudicação, incumbindo-lhe o acompanhamento permanente da execução do contrato, avaliando o desempenho do prestador de serviços na execução material, técnica e financeira do contrato:

- a) Em sede de execução material do contrato, averiguando entre outros aspetos, o estrito cumprimento do prazo contratual a que o fornecedor se vinculou em sede de obrigações contratuais;
- b) Em sede de execução técnica do contrato averiguando, entre outros aspetos, a adequação das características do fornecimento prestado aos fins visados;
- c) Em sede de execução financeira do contrato averiguando, entre outros aspetos, a adequação das faturas emitidas pelo fornecedor, face às prestações efetuadas a que dizem respeito e aos preços adjudicados.

2. O Gestor do Contrato elabora relatório final sobre a execução do contrato no prazo de cinco dias úteis após conclusão do fornecimento, sem prejuízo da elaboração de relatórios intermédios caso sejam detetados desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

ARTIGO 6.º

Obrigações principais do prestador de serviços

O prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 7.º

Fases da prestação de serviços

A prestação de serviços objeto do contrato será desenvolvido nos termos constantes das cláusulas técnicas anexas ao presente Caderno de Encargos e proposta do adjudicatário.

ARTIGO 8.º

Forma da prestação dos serviços

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a efetuar, se necessário, reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante, a realizar nas instalações desta ou em local a designar pela mesma entidade, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que se mostre necessário.

ARTIGO 9.º

Desconformidades ou discrepâncias

1. No decurso da execução da prestação de serviços, no caso de se verificar alguma desconformidade com os elementos objeto do contrato, com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às correções necessárias para garantir a exequibilidade da utilização dos equipamentos multifuncionais assistidos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

ARTIGO 10.º

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere à prestação de serviços contratada pela entidade adjudicante, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ARTIGO 11.º

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

ARTIGO 12.º

Preço base do contrato

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestado de serviços o preço contratual constante da proposta adjudicada.
2. O preço contratual referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 7.287,06 euros (sete mil duzentos e oitenta e sete euros e seis cêntimos).

3. Ao preço que antecede acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa normal em vigor de 23%, e inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição e transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, se for o caso.

ARTIGO 13.º

Remuneração da prestação de serviços

A prestação de serviços objeto será remunerada mediante o pagamento único após a conclusão do serviço.

ARTIGO 14.º

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas, em regra, no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, de acordo com o n.º 1 do art.º 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, se for o caso.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Vila Nova de Paiva, pessoa coletiva de direito público registada sob o número 506 809 323, ao cuidado da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, devendo conter obrigatoriamente o respetivo número sequencial de compromisso.
4. As faturas emitidas eletronicamente ou em formato digital, devem ser remetidas para o endereço eletrónico: fe@cm-vnpaiva.pt.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo o adjudicatário apresentar para o efeito o comprovativo do IBAN de conta aberta em seu nome emitido pela respetiva entidade bancária.

CAPÍTULO III

Resolução

ARTIGO 15.º

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até cinco por cento do preço contratual, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento reiterado das datas e prazos da prestação de serviços objeto do contrato;
 - b) Pelo incumprimento reiterado da obrigação de conformidade e garantia técnica dos serviços e componentes fornecidos.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária equivalente à referida no número anterior.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos elementos objeto do contrato cujo atraso na respetiva concretização tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

ARTIGO 16.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, verificarem-se os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - e) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 17.º

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

ARTIGO 18.º

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CAPÍTULO IV Caução

ARTIGO 19.º Caução

É dispensada a apresentação de caução ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, e não há lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo nos pagamentos a efetuar.

CAPÍTULO V Resolução de litígios

ARTIGO 20.º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 21.º Seguros

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de quaisquer riscos inerentes a todos e quaisquer serviços prestados à entidade adjudicante, que garanta a responsabilidade civil dos técnicos responsáveis pela prestação de serviços a realizar.

CAPÍTULO VI Disposições finais

ARTIGO 22.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 23.º **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 24.º **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos na fase de execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ARTIGO 25.º **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO VII **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

ARTIGO 26.º **Objeto do procedimento**

1. Pretende-se com a presente procedimento:
 - Contratação de serviços de "Licenciamento de email 365" - 2025